



Desenvolvimento em Questão

ISSN: 1678-4855

davidbasso@unijui.edu.br

Universidade Regional do Noroeste do Estado
do Rio Grande do Sul
Brasil

Favarim, Eliane Aparecida; Batista, Alfredo Aparecido
A Participação dos Cooperados no Processo de Desenvolvimento da Cooperativa Agroindustrial
Copagril de Marechal Cândido Rondon – PR
Desenvolvimento em Questão, vol. 11, núm. 23, mayo-agosto, 2013, pp. 150-189
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
Ijuí, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75227898006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A Participação dos Cooperados no Processo de Desenvolvimento da Cooperativa Agroindustrial Copagril de Marechal Cândido Rondon – PR

Eliane Aparecida Favarim¹

Alfredo Aparecido Batista²

Resumo

O presente trabalho é resultado de um procedimento de averiguação, descrição e análise de um estudo de caso. Para tal, o objeto de nosso estudo incide nas relações desenvolvidas pelos cooperados na constituição e no desenvolvimento da Cooperativa Agroindustrial Copagril de Marechal Cândido Rondon – Paraná. Nossa direção, neste desenvolvimento metodológico, conduziu o objetivo geral em aprender, compreender e analisar o movimento de inserção dos associados da Copagril nas tomadas de decisão na condição de cooperados. Direcionamos nossa pesquisa abordando como problema – em que medida, ao assumir a personalidade de cooperado na Copagril, garante-se aos membros associados participarem nas decisões efetivadas nos espaços deliberativos. Desenvolvemos o estudo por meio da pesquisa bibliográfica, documental e de dados primários coletados por meio de entrevistas diretas. Os sujeitos da pesquisa, cooperados da Copagril, foram escolhidos em número de 25 intencionalmente, fundamentando-se em critérios científicos. A conclusão do estudo/pesquisa remeteu-nos à seguinte situação: a Copagril age disputando seu espaço no mercado. Suas decisões são tomadas da mesma forma que as demais empresas concorrentes. Assim, os agricultores desencadeiam movimentos de não fidelidade à cooperativa, negando elementos fundantes do significado de cooperado.

Palavras-chave: Cooperativismo. Cooperados. Construção da cooperativa.

¹ Bacharel em Administração pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Especialista em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). elianefavarim@yahoo.com.br

² Assistente Social, doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Professor-associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste/Câmpus de Toledo). comuna12@uol.com.br

PARTICIPATION IN THE PROCESS OF COOPERATIVE DEVELOPMENT OF AGROINDUSTRIAL COOPERATIVE COPAGRIL RONDON

Abstract

The present work, the result of a procedure of investigation, description and analysis of a case study. To this end, the object of our study concerns the relationship developed by the cooperative in the formation and development of Cooperative Agroindustrial Copagril Rondon – Paraná. Our leadership in this development methodology, conducted the overall goal to learn, understand and analyze the movement of insertion of members of Copagril in decision-making in the cooperative condition. We directed our research while addressing the problem – to what extent, to assume the personality of cooperating in Copagril guarantees to members participating in decisions in effect deliberative spaces. Developed the study by the research literature, documentary and primary data collected through direct interviews. The study subjects, the cooperative members were chosen in Copagril number 25 intentionally, based on scientific criteria. The conclusion of the study/research referred us to the following conclusion: The Copagril acts vying for their market niche. Their decisions are taken in the same way as other competitors. Thus, farmers trigger movements of non-cooperative loyalty, denying founding elements of the meaning of cooperation.

Keywords: Cooperatives. Cooperative. Construction of the cooperative.

A participação dos cooperados no processo de desenvolvimento da Cooperativa Agroindustrial Copagril de Marechal Cândido Rondon – PR é expressão concreta de uma inovada experiência coletiva que iniciou seu processo no Brasil, com determinação e profissionalismo, a partir da década de 60 do século 20.

No mundo contemporâneo, o espaço físico e temporal denominado de mercado tem se configurado como determinante na dinâmica supressão por seus autores e atores. A competição, criação histórica, efetivada e desenvolvida com domínio pelos homens de negócios, trouxe, a partir dos anos 70 do século 20, inovações técnicas, científicas e de gestão, as quais impulsionaram as transações de produção e reprodução da sociedade.

As transformações ocorridas levaram os capitalistas a inovarem as formas de se inserirem no mercado, respondendo ao processo de concorrência. Uma das formas de inserção no mercado com ênfase alternativa ocorreu com a criação das cooperativas agroindustriais. Este modelo, pressionado pela lógica do próprio mercado e suas derivações em tempos da era neoliberal, mostrou o significado da sua existência para não perecer em seu isolamento.

É neste universo espacial e temporal da produção e da reprodução do capital que neste artigo exploramos o tema ligado ao cooperativismo. Tal escolha origina-se da importância que as empresas cooperativas têm para a economia brasileira, principalmente no setor agrícola, pois nas últimas décadas as cooperativas vêm cumprindo um papel fundamental como redutoras de falhas de mercado em benefício do produtor rural. Este, ao se tornar membro de uma cooperativa, pode ter acesso aos ganhos advindos da cooperação, alcançando, dessa forma, maior produtividade e lucratividade.

Nossa direção, neste estudo, delimitou como objetivo geral: “Aprender, compreender e analisar o movimento de inserção dos associados da Copagril nas tomadas de decisão na cooperativa”. Além disso, apresentar a relação que os cooperados mantêm com a cooperativa, tanto no envolvimento

nas tomadas de decisão quanto em seu modo de se manifestarem diante das influências da cooperativa em sua propriedade, revelando, assim, o poder, as negociações e a fidelidade em relação a esta.

Gil (1999) afirma que, antes de escolher os métodos de pesquisa, deve-se delimitar o problema. Esta etapa se cumpre, nesta pesquisa, em um estudo sobre o Cooperativismo em Marechal Cândido Rondon – Paraná, na Cooperativa Agroindustrial Copagril, tendo como recorte cronológico o período de 1970 até 2009.

Neste estudo foi aplicada a entrevista como um dos instrumentos de coleta de dados, pois ainda, segundo Chizzotti (2001, p. 84), algumas pesquisas qualitativas não descartam a coleta de dados quantitativos, principalmente na etapa exploratória.

Delimitamos o tamanho da amostra em 25 cooperados, e fundamentamos nossa decisão sob a dimensão do seguinte critério: tamanho da estrutura fundiária dos cooperados. As informações que foram retiradas do cadastro dos cooperados depositado no banco de dados da própria Copagril foram estruturadas na seguinte maneira: 5 cooperados proprietários de uma área com até 5 alqueires de terra; 5 cooperados proprietários de uma área entre 6 e 15 alqueires de terra; 5 cooperados proprietários de 16 a 30 alqueires de terra; 5 cooperados proprietários de uma área de 31 a 60 alqueires de terra e 5 cooperados proprietários de uma área acima de 61 alqueires.

Todas as falas dos entrevistados foram mantidas dentro de uma fidelidade e integridade para não deturpar a ideia do cooperado, nem descaracterizar a cientificidade deste trabalho. Tais discursos são identificados pelo número da entrevista do cooperado, conforme a ordem das entrevistas. Ou seja, para o primeiro entrevistado foi concedido o número 1, para o segundo o número 2, mantendo esta sequência até o final.

Após a transcrição, classificação e sistematização dos conteúdos das entrevistas por categorias, elaboramos o texto acadêmico que compreendeu todo o processo metodológico como um passo necessário para análise crítica

final. Este exercício acadêmico permitiu elegermos, conforme metodologia aplicada, algumas categorias, sendo estas o lugar e as vantagens de ser associado; as assembleias e sua democracia ante o cooperado; fidelidade e negociações dos cooperados com a Copagril. Essas categorias nortearam a estrutura do texto em consonância com os fundamentos teóricos e as falas dos cooperados.

Estrutura do Entendimento de Cooperação

Cooperar é uma maneira de instituir e conduzir a produção, por meio do trabalho e da autogestão, adicionando valores conjuntos. A cooperação é um instrumento de combate político e social, na medida em que fornece um aumento da produtividade, racionalizando o uso dos recursos disponíveis e desenvolve a competitividade dos produtos no mercado. Cooperar, portanto, é mais do que organizar cooperativas.

Cooperação: Conceitos e Definições

Do ponto de vista social, a cooperação tem sua origem na obrigação do atendimento das necessidades primárias entre os indivíduos, e seu aparecimento se dá em períodos sociais adversos ao atendimento das necessidades coletivas, ou seja, a cooperação surge quando há obstáculos para um determinado grupo de indivíduos (Araujo, 1982).

Pinho (1980) corrobora com o autor supracitado argumentando que, em termos sociais, a cooperação é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada de indivíduos para alcançar o mesmo objetivo.

Dessa forma, sob a ótica da economia do trabalho, Araujo (1982) entende que a ação de cooperar é uma questão de sobrevivência, na qual os homens reúnem esforços, contribuindo para que surja uma nova força de

trabalho de natureza coletiva. Deste modo, a cooperação pode ser vista como uma forma de organização do trabalho associado de indivíduos e grupos com o mesmo interesse.

O termo cooperação, para Cattani (2003), explicita o ato de atuar simultaneamente, trabalhar em comum, contribuir, sempre em oposição ao individualismo, sinalizando, assim, um sentido de movimento coletivo.

Na atualidade, para Oliveira (2006), o termo cooperação está marcado pelas iniciativas e práticas de cooperação interorganizacionais, sendo esta forma caracterizada por ser um estágio avançado de cooperação, no qual as vantagens competitivas das cooperativas devem estar fundamentadas na interação com os clientes e cooperados.

Partindo desse conceito, cooperativa é a organização social e econômica cada vez maior da sociedade, que passa a exigir o desenvolvimento de relacionamentos de cooperação, uma vez que a competição individual não garante melhores resultados. Em outras palavras, a cooperação tem evoluído, pois busca assegurar benefícios mútuos entre os cooperados, posto que, ao realizar um ato de cooperação, espera-se que este gere benefícios equivalentes.

Diferentes Proposições Sobre o Cooperativismo

No século 18 encontramos elementos teóricos e práticos do cooperativismo como um modelo produtivo e de organização. Este movimento, no entanto, tem sua origem oficial no ano de 1884. Conforme assinala Rech (2000), a situação de desemprego e dos baixos salários que vigoravam na sociedade fez com que 28 tecelões se reunissem para a aquisição de produtos básicos. Essa manifestação de cooperação mútua é denominada como a “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”. Tal modelo foi edificado

nas inspirações de uma vivência sólida e na doutrina amparada e fundamentada nos precursores do cooperativismo, até a fundação da primeira cooperativa.

As cooperativas possuem valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. De acordo com as tradições dos seus fundadores, os membros das cooperativas devem acreditar nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante (OCB, 2010).

Há uma variedade de funções e níveis de organizações cooperativas. Assim, quanto a sua natureza, temos as cooperativas de crédito, de consumo, agropecuárias, de pesca, habitacionais, escolares, de eletrificação rural, educacionais, de trabalho e de produção, as quais se organizam em níveis: singulares, centrais, também chamadas de federação e confederação das cooperativas (Rech, 2000).

Para Cattani (2003), mesmo as cooperativas sendo divididas, em sua essência possuem o mesmo princípio de estabelecer com seus associados uma relação diferente das empresas capitalistas, ou seja, uma opção de relações econômicas que convive e mantém negócios com empresas capitalistas que ora são clientes e ora são fornecedoras das cooperativas.

Cooperativismo no Brasil

O cooperativismo existe no Brasil desde a colonização portuguesa. Houve maiores interesses em fazer esse movimento cooperativista vigorar a partir de século 19, quando seus principais estimuladores eram funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários.

No meio urbano o movimento cooperativista teve início com a criação da primeira cooperativa de consumo de que se tem registro no Brasil, em Ouro Preto (MG), no ano de 1889, denominada Sociedade Cooperativa

Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Depois expandiu-se para Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, além de se espalhar em Minas Gerais.

No meio rural, muitos problemas foram minimizados com o advento das cooperativas, pois os imigrantes que aqui chegavam pouco conheciam da cultura brasileira. Assim, o papel das cooperativas se destacou, pois forneciam informações e treinamentos, principalmente no que se refere ao manejo do solo e fatores climáticos, que eram bem diferentes daqueles de seus países de origem.

No Brasil, as cooperativas se manifestam em 13 esferas da economia, todas representadas pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) nacionalmente e pelas organizações estaduais (Oces) nas unidades da Federação.

Em âmbito nacional, o cooperativismo agropecuário é o mais representativo, porque nesse setor há capacidade de desenvolvimento, uma vez que disponibiliza desde matérias-primas, de energia, à infraestrutura para escoamento da produção e pessoas com propensão para esse tipo de trabalho (OCB, 2010).

Cooperativismo no Estado do Paraná

Dentro de um cenário mundial de grandes mudanças no setor do agronegócio, sabe-se que o pequeno agricultor é fortemente influenciado por muitas forças externas. Diante desse cenário, é necessário analisar como se constituíram as cooperativas paranaenses.

A afirmação de Fernandes (1998, p. 38) vem ao encontro desse princípio de inovar conforme a necessidade encontrada. “A evolução tecnológica e a crescente importância das tecnologias em muitas empresas,

encorajam a busca de mercados globais”, ou seja, o conceito de globalização bem como o modo como ela está diretamente influenciando e modificando a vida das pessoas, o que faz com que diminuam as diferenças regionais.

Atualmente o Paraná possui cerca de 78 cooperativas agropecuárias, responsáveis por 56% da economia agrícola do Estado, com faturamento em 2008, de 22 bilhões de reais e participa intensamente de todo o processo de produção, beneficiamento, armazenamento e industrialização agropecuário (Ocepar, 2009).

As cooperativas do setor agropecuário no Paraná manifestam-se com significativa importância, pois representam 18% do PIB do Estado e 53% da economia agrícola. Em 2008 as cooperativas agropecuárias paranaenses exportaram sua produção para 70 países, gerando receita superior a US\$ 1,5 bilhão no mercado internacional (Ocepar, 2009). A participação dos produtores que possuem área de até 50 hectares nos quadros sociais das cooperativas representam 70% do total, o que comprova a influência das cooperativas para essa fração de classe de produtores, os menos favorecidos.

Cooperativa no Oeste do Paraná

O modo de subsistência na agricultura de Marechal Cândido Rondon – Paraná foi influenciado pelo modo como os agricultores imigrantes trouxeram toda bagagem de conhecimentos e cultura impregnada. Com essas influências, adaptaram-se à nova territorialidade.

Esses agricultores praticavam a agricultura de subsistência, sua principal atividade. Os principais produtos eram o trigo, o milho, a mandioca, a batata, hortaliças, fruticultura, além de aves, suínos, alguns bovinos e equinos. Esses produtos tinham somente valor de uso, apenas quando ocorria o excedente estes eram comercializados.

A partir do final da década de 60, a Região Oeste do Paraná vivenciou mudanças intensas advindas do contexto mundial. As dinâmicas do capital repercutiram em todos os espaços e causaram fortes impactos econômicos, sociais e culturais, o que foi sentido no campo pela ordem da modernização. Tal impacto também teve repercussão profunda nas décadas seguintes (Gregory, 2002).

Na década de 60 o ambiente agrário do Brasil começou a se manifestar fora do modelo de agricultura de subsistência, seguindo novos processos de cultivo. Isso fez com que o agricultor passasse a se sujeitar ao que era trazido pelas cooperativas e realizasse o que o agronegócio exigia.

A modernização do setor primário foi confundida com a capitalização rural. Esse modelo de desenvolvimento serviu para justificar políticas do governo e atingiu o setor de produção rural e urbano.

Nesse cenário, décadas de 60 e 70, alvo da Revolução Verde, as relações estabelecidas no campo consistiam no melhoramento das sementes, mecanização do plantio e colheita, reduzindo significativamente os custos na produção. Com isso, necessariamente, o agricultor deveria aprender a lidar com essas novas técnicas.

Na década de 70 o capitalismo internacional, aliado ao governo ditatorial militar do Brasil encontrou, em parte, a solução para o atraso agropecuário em algumas regiões. A solução ocorreu por meio da criação de cooperativas agropecuárias, veículos da modernização da agricultura. Esta estratégia produtiva inovadora eliminou intermediários na comercialização, propiciando aumento da capacidade de armazenamento.

O pacto tinha seu preço, pois os agricultores obrigaram-se a absorver o pacote tecnológico. A agricultura tornou-se dependente de máquinas e equipamentos, além de obrigar à utilização de insumos modernos, como fertilizantes químicos, herbicidas, fungicidas e inseticidas e de sementes selecionadas oriundas de empresas transnacionais. A produção agrícola visava a suprir o mercado externo e não se preocupava com a subsistência da

maioria da população. O produtor tornou-se subordinado aos fornecedores de tecnologia e aos sistemas financeiros, além de não prover a sua própria subsistência (Gerke, 1992, p. 2).

A modernização da agricultura estimulada pelas cooperativas, que poderia ter sido um apoio socializante, acabou entrando em acordo com a filosofia do modelo de modernização da agricultura brasileira, fundamentando a produção por meio de recursos com os quais as empresas induziram seus associados a especializarem suas produções, tendo em vista o cultivo de produtos de exportação, caso específico da soja (Serra, 1986).

Com o surgimento das cooperativas, na década de 60 no Oeste do Paraná e, em virtude das dificuldades enfrentadas pelos suinocultores para aquisição de insumos e, posteriormente, para a comercialização da produção, houve o nascimento e fundação da Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda. – Copagril – em 9 de agosto de 1970, hoje denominada Cooperativa Agroindustrial Copagril.

Nos anos seguintes a sua fundação, outras atividades foram incorporadas conforme a necessidade e as condições da época, dentre as quais se destacam as construções de armazéns para recebimento de insumos, os entrepostos, a fábrica de rações e o posto de combustível em Marechal Cândido Rondon.

A Copagril, com o intuito de dar continuidade ao seu desenvolvimento, concentrou seus esforços na ampliação e construção da sua estrutura física, devido ao crescimento de todos os setores relacionados à agricultura, indústria e comércio e dos municípios da sua área de atuação até a década de 90.

Em janeiro de 2005, com o objetivo de diversificar suas atividades e ampliá-las aos seus associados, com opções para sustentabilidade da propriedade, a Copagril ingressou no mercado de carnes, por meio da Unidade Industrial de Aves.

Identificação da Copagril e sua Evolução

A Copagril é uma cooperativa agroindustrial. Uma sociedade de pessoas de natureza civil, regida pela Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1991. Tem como objetivo a união dos seus sócios para o exercício de suas atividades econômicas e possui o compromisso de unir tecnologia e eficiência produtiva para satisfazer a necessidade e o bem-estar dos seus sócios (Copagril, 2009).

O desenvolvimento e crescimento desta cooperativa é um fenômeno que se constata em âmbito nacional, pois nas últimas décadas o ramo da agroindústria tem se dinamizado e se tornado altamente competitivo, ganhando destaque mundialmente (Espírito Santo, 2001). É evidente que nesse negócio as cooperativas são destacadas, pois cabe a esse tipo de organização garantir eficiência político-social e econômico-financeira.

A Concepção do Cooperado em Relação à Copagril

O cooperativismo tem como finalidade propiciar condições concretas para que os envolvidos em seus processos coletivos ampliem os resultados para além do grupo específico, alcançando por meio das suas ações a verdadeira meta dos cooperados: resultados que expressem um fim social, lugar em que o poder econômico não é e não deve ser o determinante, nem o número de ações ou de propriedades que o credenciam na sociedade, mas a participação, a qual o distingue nas decisões de sua coletividade. Assim, o cooperativismo se alicerça no princípio de reunir, ao mesmo tempo, o econômico e o social (Carneiro, 1981).

Com ênfase nesta conjugação, econômica e social, este item estruturou-se com as seguintes construções categoriais: o lugar do associado e a vantagem de ser associado; assembleias e sua democracia ante o cooperado; fidelidade e negociações dos cooperados com a Copagril e influências da cooperativa no meio rural.

O Lugar do Cooperado e a Vantagem de Ser Associado

O objetivo institucional da Copagril é a preservação e a melhoria da qualidade de vida econômica e social de seus cooperados (Artigo 4 – Estatuto Social, 2009). No cumprimento dessa finalidade a cooperativa tem como princípio a ajuda mútua, apontando para a defesa dos interesses e a promoção econômico-social dos cooperados.

No momento em que o agricultor toma a decisão de se associar efetivamente a outros trabalhadores pertencentes ao mesmo ramo de atividades, livre de qualquer processo coercitivo, espontaneamente, ele objetiva um embasamento econômico, mas sua vontade reflete responsabilidades. Assim, esses atos devem ser analisados pelos próprios cooperados diante de interesses econômicos, sociais e de posturas éticas que só as condições do meio, dos costumes e do interesse comum podem definir (Carneiro, 1981).

Dos 3.887 cooperados, mais de 80% são pequenos ou médios proprietários. Esta é uma característica do município de Marechal Cândido Rondon e de outros municípios inseridos nas micro e macrorregiões, os quais foram idealizados no início da colonização nesta região (Copagril, 2009).

A estrutura fundiária organizou-se sobre a pequena propriedade, com direcionamentos específicos para a diversificação da produção agrícola. Os agricultores, na condição de cooperados, têm como finalidade dar vazão a sua pequena produção e buscar, por meio da cooperativa, a redução de seus custos com insumos e aumentar seus lucros, vendendo seus produtos por valores maiores.

Estes dois elementos positivos almejados e alcançados pelos agricultores cooperados contribuem decisivamente para sua continuidade de sócios da cooperativa.

Os motivos do ingresso em uma cooperativa devem ser manifestados diante de um determinado trabalho, pois a atitude não deve acarretar em detrimento e falibilidade da cooperativa. É evidente que o processo tem de ser igualitário e condicionado, previamente, ante a uma determinada viabilidade econômica.

Este movimento realizado pelo agricultor é pautado em valores éticos, propiciando a todos realizarem a livre adesão, garantindo a igualdade, a paridade entre semelhantes, e a mesma dignidade entre todos os cooperados. É a igualdade de entrar livremente em uma cooperativa, qualquer que seja a sua dimensão étnica, a opinião política, a capacidade de trabalho e é, também, o direito igual de abandonar a cooperativa desde que, economicamente, dela passe a prescindir. Entende-se, assim, que a atitude política de decisão é ética e o motivo que faz tomar a decisão é essencialmente econômico.

Envolvidos por valores que criam um campo de defesa individual e coletiva, os relatos coletados durante as entrevistas expressam o movimento que o real e a realidade determinada são apreendidos. Alguns cooperados entrevistados relatam que, dentre os principais motivos de sua integração na cooperativa destacam-se: crédito diferenciado, garantia na comercialização, insumos com melhores preços e assistência técnica confiável.

Em relação à comercialização realizada pela cooperativa é possível vender os produtos em grande escala, alcançando lucratividade maior, o que não ocorre quando a venda é feita isoladamente, além de comportar preços mais baixos para os insumos, pois são realizadas compras em volumes muito maiores (Veiga; Fonseca, 2001). O agricultor (1) enfatiza:

(...) eu acreditava que seria uma maneira de garantir comercialização para os produtos e ter vantagens na compra de insumos, além de ter segurança na venda dos produtos (...)

O agricultor (1), em sua manifestação na situação de cooperado, assimilou no momento em que se vinculou à Cooperativa o vislumbre de uma nova forma possível de enfrentar as “santas” regras do mercado, conseguir concorrer com os diferentes grupos econômicos e, por meio da coletividade, posicionar-se no mesmo patamar. O conteúdo da sua fala, porém, já dá indícios de que não foi bem assim.

Quando falamos das vantagens do cooperativismo, também é cabível mencionar a diversificação das atividades produtivas, uma vez que o produtor rural pode expandir sua propriedade, pois quando há um grupo de pessoas integradas com um mesmo objetivo, este se torna mais forte, criando condições para enfrentar as dificuldades, tanto no sentido econômico quanto social, enquanto o proprietário rural isolado, na maioria das vezes, não consegue influenciar em políticas comunitárias; já como participante de um grupo é capaz de influir. O agricultor (2) declara que entrou no sistema cooperativo.

[...] para facilitar o fomento de leite com vantagens nos créditos [...] agora comecei a trabalhar com aves, por causa do frigorífico da Copagril. Sendo sócio consigo realizar a integração de aviários e obter financiamento com juros menores e garantir assistência técnica nos aviários [...].

Diante das declarações, as vantagens adquiridas dentro da cooperativa foram decisivas para o ingresso destes agricultores neste sistema. A diversidade de oportunidades conforme o tipo de cultura cultivada bem como a atividade de produção, por meio da criação de animais e também da comercialização de seus derivados, abriu caminhos para o convencimento, no entanto as diferentes experiências vivenciadas pelos cooperados criaram condições para que estes concluíssem que as vantagens conquistadas são expressões retóricas, as quais não se materializam conforme desejo individual e/ou coletivo. A cooperativa tornou-se durante o processo a expressão concreta de se constituir em uma utopia negativa. O cooperado (5) expressa esse conteúdo com determinação ao declarar:

[...] não tem vantagem nenhuma comercializar minha produção com a cooperativa, por que eu sendo ou não associado, só vai ter vantagem quem tem mais produção. O pequeno produtor não tem benefício nenhum [...].

O conteúdo promissor elaborado e manifestado pelos cooperados pode ser compreendido pelo desenvolvimento complexo da economia capitalista nos últimos 40 anos, em particular no Brasil a partir da década de 80 e sua correspondência com a criação e evolução das cooperativas. As estratégias construídas pelas organizações cooperadas, no entanto, aproximaram os agricultores não associados com o associado, ampliando consideravelmente o plantel da cooperativa. Esta inovadora iniciativa em realizar negociações fora do ambiente da Cooperativa vinculada tornou-se uma forma de responder às falsas premissas que fundamentam o propósito da Cooperativa de Produção e de Comercialização. Para não perecer em seus negócios, colocando todo o seu capital fixo e variável em risco, novas alternativas foram colocadas em marcha pelos agricultores cooperados, em particular pelo pequeno e médio agricultor.

Há vantagens individuais que norteavam/norteiam uma massa significativa de associados quanto ao lugar que ocupam como produtores, no entanto é parte constitutiva de ignorância e da crença do agricultor – cooperado – que o cooperativismo é uma expressão concreta que materializa positivamente aspectos econômicos e sociais que afetam diretamente a própria comunidade.

Os agricultores, para participarem da cooperativa, tinham a compreensão de que, com a construção desta, a comunidade se beneficiaria. O cooperado (8) faz suas observações, dizendo:

[...] a doutrina convenceu, até ilusão política, não partidária, mas da cooperativa. A gente tinha ilusão de fazer coisas mais concretas [...] o sistema de negociação é difícil. As negociações com empresas privadas ou outras cooperativas são bem melhores.

No contexto verificado, os relatos nos remetem a perceber que os cooperados buscam meios para melhorar sua situação econômica e social, mas, muitas vezes, o próprio cotidiano os leva a perceber que sua cooperativa não satisfaz os objetivos como um todo, possuindo, portanto, lacunas entre as vantagens teóricas de ser associado e as práticas vividas. A Copagril dá indícios concretos, nas diferentes declarações dos agricultores, de que há tratamento diferenciado, principalmente aos cooperados que possuem pequenas áreas de terra. Esta situação é uma particularidade que fica explícita com maior veemência nesta particular cooperativa e não em outras próximas, na própria região.

Os atos cooperativos devem ser analisados pelos próprios cooperados diante de interesses econômico-sociais e de posturas éticas que só as condições do meio, dos costumes e do interesse comum podem definir (Carneiro, 1981).

Assembleias: Espaço de Democracia Ante o Cooperado

Quando o tema em discussão é a democracia, lembramos o questionamento feito por Dussel (1979, p. 161) quando afirma que devemos nos perguntar:

quem é mais livre: aquele que tem clara consciência de não sê-lo e luta pela liberdade, ou aquele que julga estar na liberdade pertencendo a um sistema que pela propaganda, pela enorme produtividade para a destruição, pelo condicionamento ideológico pela educação, chega a formar um cidadão “normal” quer o que todos querem porque todos o querem.

Este questionamento nos remete a entender quando os cooperados falam sobre a questão da sua liberdade diante das decisões da cooperativa, tomadas em assembleias, pois conforme o cooperado (13):

(...) não temos liberdade de nos expressarmos sem medo (...).

O medo à liberdade é uma situação concreta que envolve a sociabilidade humana desde os primórdios da sua constituição civilizatória. Nos dias atuais, porém, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista sob as regras deliberadas pelos grupos que dirigem os grandes capitais, os sujeitos, parte constitutiva do processo, quando estão fora do bloco de decisão direta, diária, colocam-se em condições de dependência e, muitas vezes, desenvolvem o papel de representação com conteúdos de “massa de manobra”.

A ignorância formal e principalmente o fato de estarem tomados pelo medo das represálias, fazem esses sujeitos da produção recuarem e aguardarem por mudanças salvadoras. O medo, após a experiência da Segunda Guerra Mundial, alastrou-se nos espaços mais diferentes da sociedade. No interior das empresas esta ferramenta psicológica e, muitas vezes materializada e com conteúdos reais, é um instrumento para que se continue mandando e manipulando.

Definindo as Assembleias

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB – a Assembleia Geral é o órgão supremo da cooperativa que, conforme prescrito na Legislação e no Estatuto Social, tomará toda e qualquer decisão de interesse da sociedade. A Assembleia Geral tem responsabilidade coletiva, que se expressa pela reunião de todos ou da maioria, nas discussões e nas deliberações.

A Assembleia da Copagril é regida por regras para poder tornar este espaço o mais democrático possível. Assim sendo, sua estrutura funciona em forma de colegiado, integrada por cinco cargos com atribuições diferenciadas e complementares, com duração de 3 anos cada.

Participação dos Cooperados nas Assembleias

Torna-se necessário delimitar o conceito de participação que, para Schneider (1991), trata-se de uma relação em que atores, com recursos disponíveis, fazem valer seus interesses, aspirações e valores, construindo suas identidades, afirmando-se como sujeitos de direitos e obrigações.

No decorrer de nossa pesquisa procuramos saber qual é a proximidade de tais cooperados com as assembleias, ou seja, questionando sobre sua participação efetiva nesse meio de tomadas de decisão. Quando indagados a respeito de sua participação, os cooperados entrevistados foram quase unânimes em responder: “É essencial participar”. Os cooperados sabem da importância que tem sua participação nessas assembleias e demais reuniões, como relatado pelo cooperado (6):

[...] eu acreditava muito nas Assembléias, [...] lá deveria ser o lugar de decidir os assuntos da cooperativa e dos cooperados, também como anda o mercado dos produtos que nós produzimos e comercializamos [...].

Há consciência da necessidade de participar dos espaços coletivos. A região em que a Copagril está localizada traz elementos constitutivos ao tipo particular de colonização, trabalhadores oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina de origem germânica e italiana. Viver em comunidade é um princípio destes agricultores. O cooperado (4) entende que

[...] sempre que eu podia eu participava [...] participava porque eu achava que era importante estar lá presente para decidir as coisas da cooperativa, pensava que era a gente mesmo que decidia através da votação [...].

Este significado presente na fala do cooperado (4) coloca a credibilidade no processo decisório que ocorre na assembléia, no entanto o mesmo cooperado, ao participar em diferentes momentos decisórios, compreendeu

que a assembleia é uma instância que atrai uma maioria significativa de cooperados, os quais participam, votam e decidem conteúdos relacionados diretamente a suas vidas produtivas e reprodutivas.

Conforme os agricultores começaram a verificar os desencontros entre os próprios cooperados, porém, alguns desses perceberam que a compreensão de participação estava adquirindo novos significados, inclusive e principalmente um encontro festivo apenas para confirmar as decisões predefinidas pelos diretores da cooperativa. A participação coletiva, presente de conteúdos políticos críticos, questionadores, cobertos de elementos construídos historicamente nos espaços coletivos, compreendidos por todos como frutos do exercício democrático, ganhou outra perniciosa conotação.

Conforme a fala de cooperados, não é esta a questão que os motiva a estar presentes, exercitar e usufruir do aprendizado democrático, mas sim a presença de atrativos que concentrem sua finalidade no campo do lúdico, do possível recebimento de premiações. Esse comportamento contribui decisivamente para que uma minoria decida os rumos dos projetos da Copagril.

Essa forma de atrair é considerada pelo cooperado (4) manipuladora, pois:

[...] eu participava para verificar os resultados que houve. Muitos vão somente por causa dos brindes mesmo, lanches e coisinhas que fazem. Caso não tivesse estes enfeites, não iriam [...].

Para o cooperado (11), as Assembleias da Cooperativa podem ser entendidas como meros “eventos políticos” partidários e não político no sentido da participação dos interesses da maioria cooperada, porque:

[...] lá se encontram várias pessoas, políticos, deputados, (...) é apenas um ato formal para dizer que é democrático. Não é lugar para questionar. É na verdade, a ocasião de exporem projetos políticos, onde as pessoas apenas aplaudem caladas, aceitam tudo que lhes é imposto. Tudo já vem

pronto. Os figurões da política apresentam suas falas de elogios para as cooperativas e principalmente para os projetos que a Copagril desenvolve. Assim, logicamente, ninguém tem coragem de dizer nada [...].

Consciente ou não, o cooperado consegue perceber que a Assembleia é um espaço político, de tomadas de decisão, porém quando os pontos centrais das Assembleias resumem-se à distribuição de presentes e também enquanto um espaço de encontros partidários, a Assembleia reproduz expressão da História do Brasil desde o Império: “expressão política é fonte de decisão”, espaço no qual poucos personagens decidem, mas tem o apoio da maioria massificada.

Os entrevistados compreendem que sua participação deveria ser efetiva e objetiva. Acreditam que deveriam atuar decisivamente nas questões que envolvem a cooperativa e os cooperados, entretanto veem que as Assembleias não têm passado de eventos formais com dados manipulados pelos seus líderes, observando, segundo eles, que as decisões já são tomadas antecipadamente pelos seus dirigentes e as assembleias servem apenas para comunicá-las.

Por esta visão, descaracteriza-se o conceito de democracia, que segundo Coradini (1982), deve prevalecer numa cooperativa. Conforme Dussel (1979 p. 161), “a ‘democracia’ pode se constituir, assim, numa ideologia que manipula, em nome da participação, a coerção econômica, psicológica e de todo tipo, contra o povo dos cidadãos comuns que se crêem livres sem que o sejam de fato”.

No entendimento do entrevistado e cooperado (15), é possível saber o porquê de o cooperado participar. Ele expressa com objetividade e clareza o que entende por essa participação:

(...) o cooperado vai e participa das assembleias porque se sente feliz e realizado imaginando que está participando das decisões (...).

A ilusão, a mitificação, o conhecimento fragmentado da realidade é parte constitutiva do cotidiano de uma maioria de agricultores e de seus familiares. A compreensão da política e seus efeitos ocorre na medida em que se tem conhecimento de quem está no poder e como este é exercido (Chomski, 2004). Esta participação, porém, mesmo sendo essencial para os entrevistados, torna-se frustrante, pois, segundo eles, a maneira como são regidas as assembleias as torna manipuladas; suas decisões não podem ser contestadas e as opiniões dos cooperados são consideradas como irrelevantes. Não há uma democracia dentro da unidade. Assim, o mesmo cooperado (15) ainda afirma que

(...) pelo fato de que nas assembleias só apresentam tudo o que já foi decidido, o associado é induzido a tomar determinada posição (...).

Ao tratar da democracia e suas manifestações, Chomski (2004, p. 10) afirma: “(...) a democracia é admissível desde que o controle dos negócios esteja fora do alcance das decisões populares e das mudanças, isto é, desde que não seja democracia”.

O associado (9) entende que há falta de democracia e que o processo de eleições já vem definido com seus candidatos e chapa formada sem consulta prévia aos interessados (os associados). Ele se manifesta com as seguintes palavras:

(...) lá só se manipula tudo (...) não existe democracia, existe um controle absoluto de tudo. As pessoas que estão no poder vão querer sempre permanecer lá (...).

Essa afirmação é complementada quando o cooperado (12) constata:

Há necessidade de renovação na cooperativa.

Diante dessa situação de contradições teórico-práticas dos fundamentos que sedimentam os princípios da cooperativa, em que se espera que haja democracia, Chomski (2004) adverte: para que a democracia seja concretizada realmente, as pessoas devem se sentir conectadas aos seus concidadãos e essa ligação deve se manifestar por meio de um conjunto de organizações e instituições extramercado.

Além desse aspecto, o entrevistado (18) considera que

(...) é muito frustrante a maneira como são manipulados os dados e repassados. Deveria ser algo justo e não como vem acontecendo.

O mesmo entrevistado (18) relata, por experiências vivenciadas em dias de Assembleias, como acontecem as votações que envolvem assuntos importantes da existência da cooperativa:

[...] ficam num “blábláblá” até quase o meio-dia, aí resolvem colocar em votação algum projeto, justamente quando todos já estão com fome, cansados, quase dormindo, ninguém mais está muito ligado, então todos aprovam por aclamação, mesmo sem ter prestado atenção. [...] E desta maneira é que se prossegue a votação, mandam levantar a mão para votar, aí todos querem resolver tudo e ir embora para o almoço. Para os maiores frequentadores das assembleias, o mais importante parece ser o almoço ou os brindes.

Os cooperados entrevistados relatam que não se sentem empoderados em relação a sua participação no contexto das Assembleias. Como já relatado anteriormente, eles têm a impressão de que existe uma imposição de uma diretoria perante seus cooperados, e que os temas relativos à Assembleia já são tratados em uma pré-assembleia, como relatado pelo cooperado (20), o qual resume, a seguir, o entendimento da maioria da massa dos cooperados:

(...) nas assembleias não se faz nada. O único lugar que se consegue atuar é nas pré-assembleias, ou nas reuniões dos comitês. Mas como estas são controladas, eles já vêm com as propostas prontas e você vota, mas já é vencido. E, dito qualquer ideia diferente do que seja a cooperativa ou Conselho Diretor, ele é barrado, não é feito, (...) por isso se sabe que a ideia já vem de cima e ela é colocada e você aceita ou aceita. É assim: quem está a favor fica como está e quem está contrário se manifesta. Se você se manifestar, você é queimado, a proposta é sempre a mesma, a pergunta nas cooperativas é sempre assim. É simples um voto desses. Você vai se levantar? O único homem na humanidade que se levantou contra foi Jesus Cristo, e o crucificaram. Hoje continua a mesma regra, quem é contra é crucificado. Eles crucificam, usam a mesma lei de Pôncio Pilatos, na época. Não adianta. Se alguém falar pra si abertamente com coragem e sem medo, vai falar o que eu falo. Infelizmente não muda, é assim.

O processo e o comprometimento de participar de uma Assembleia encontram-se arraigados na configuração descrita no cooperativismo. Nas Assembleias evidencia-se a democracia, que trata de repassar todas as informações pertinentes no que diz respeito à cooperativa como um todo.

Este ponto, para os cooperados, deveria ser mudado porque, segundo o cooperado (22), somente com o voto secreto seria possível mudar dentro da cooperativa e eles teriam poder de decisão. Ele afirma que, teoricamente, os cooperados decidem, no entanto, se lamenta com as seguintes palavras:

(...) na hora de votar é por aclamação. Levantando a mão, as pessoas se acomodam, têm medo de que serão vistos e prejudicados. Se fosse secreto, aí sim teria mudanças.

O cooperado (7) afirma que:

Do modo como são feitas as votações, não é nada coerente dentro das assembleias.

E o cooperado (10) complementa essa afirmação ao expor que:

(...) Além de não ser democrático, pois ocorre com medo e insegurança, é muito pior que isso, porque vai contra o modo de pensar do cooperado, que não se manifesta.

As Assembleias se constituem de modo geral um lugar de decisão e demonstração dos resultados da cooperativa, existindo, portanto, uma visão diferente dos cooperados e dos administradores da cooperativa. Tal compreensão distorcida é regida pela maneira como as Assembleias são realizadas, ou seja, seu modo de se relacionar com os cooperados, repercutindo com isso na fidelidade destes com a cooperativa.

Esta coerência ou fidelidade se constitui, para Perius (1983), no ato menos respeitado dentro da cooperativa, devido à existência de conflitos entre esta e seus sócios, o que se evidencia na questão da entrega da produção, para fins de comercialização em comum.

Fidelidade e Negociações dos Cooperados com a Copagril

A cooperativa é apresentada como uma empresa organizada e administrada por uma associação de usuários, conforme as regras da democracia, e que visa à prestação de serviços aos seus membros e, ao mesmo tempo, ao bem-estar para toda a comunidade. Além disso, é definida como sendo um agrupamento de pessoas com finalidades comuns, ou seja, com objetivos econômicos, sociais e educativos por meio desse modo de união (Pinho, 1980).

A partir desse conteúdo, Polônio (1999) pressupõe que os cooperados não devem ter interesse em promover o exercício de atos não cooperativos, uma vez que a cooperativa busca resultado por meio de lucros nos quais ambos se beneficiem. Assim, todos os atos, de ambas as partes, são sempre em benefício comum, de igualdade entre os participantes.

O comprometimento de fidelidade e de negociações com a cooperativa está ligado à capacidade de ação coletiva dos cooperados, cujos reflexos podem ser notados no desempenho financeiro do cooperado. Alguns deles, no entanto, como no caso do entrevistado (17), afirmam que ser um associado fiel tem um preço muito elevado. Justifica a razão desse pensamento:

Hoje em dia, se eu for para negociar somente com essa cooperativa, vou perder muito dinheiro. Não posso ser tão ingênuo a ponto de pensar que devo comercializar somente para quem quer me explorar, só porque me dizem que sou dono dela. O discurso que usam, de que o cooperado é dono é só para manipular a gente, para mexer com nossa emoção. Apenas querem tirar vantagem do cooperado que trabalha de sol a sol (...).

Esse depoimento traduz um sentimento de desagrado e insatisfação com as negociações que a cooperativa tenta manter com os cooperados. O discurso da fidelidade que os cooperados sentem vem para fortificar e enaltecer o poder da cooperativa diante deles.

Fidelidade

A fidelidade entre cooperados pode ser definida como a obrigação dos membros de uma cooperativa a fim de impedir o comportamento oportunista. Dessa forma, é um componente importante das cooperativas para permitir a ação coletiva, em geral, e o desempenho de cooperativas, em particular (Fulton, 1999; Bhuyan, 2007).

O comprometimento do cooperado e sua fidelidade à cooperativa são demonstrados em vários fatores, como o compromisso de entregar sua produção à cooperativa, participação nos processos de tomada de decisão coletiva e inclusão nas rotinas e assuntos da organização.

Ainda para Bhuyan (2007), a fidelidade do cooperado pode ser determinada pela sua satisfação com o comportamento e desempenho das pessoas envolvidas no processo de decisão da cooperativa e a capacidade desta em diferenciar os membros e não membros.

Para os cooperados entrevistados, a fidelidade à cooperativa não traz vantagens a quem é cooperado. Segundo os entrevistados, a cooperativa não os trata de maneira uniforme, ou seja, quem possui maiores quantidades de produtos e adquire mais insumos necessariamente mais vantagens obtém. O relato do cooperado (3) revela isso:

Eu acho que hoje, as pessoas que têm condições melhores, é porque negociam com outras empresas, que não a Copagril. A tendência é melhorar a propriedade, crescer, ter mais tecnologia, enfim, várias vantagens a mais se negociar com estas outras empresas que existem no mercado. Uma época não era assim. Negociar com a cooperativa era a vantagem maior, mas hoje com certeza não é mais assim. E se eu falar que eu desconheço a razão disso, estaria mentindo para você, pois todos sabem (...).

Esse mesmo discernimento sobre desvantagens que o cooperado fiel tem em agir assim ocorre com o cooperado (23), quando afirma que

(...) Se eu tivesse sempre negociado fora eu estaria bem melhor do que ficar negociando com a cooperativa. Eu perdi dinheiro por causa da minha fidelidade. Faz um ano que comecei a negociar fora e já vi vantagem (...).

O cooperativismo, que deveria gerar um tipo de organização social que realiza a “democracia econômica humanizada”, no qual o serviço da comunidade aparece como objetivo central, fica descaracterizado em sua incumbência. Neste aspecto, Costa (1986) procura destacar que deveria ser exatamente o oposto do que esses cooperados sentem, pois o cooperativismo conduz a uma verdadeira libertação, criando um espaço novo na economia social, moderador da importância abusada do setor público e das explorações

da iniciativa privada. Não forçando ninguém, constrói-se uma democracia participativa, em que a liberdade e o compromisso mútuo se entrelaçam. Assim, as negociações com a cooperativa seriam mais vantajosas para os cooperados. Ambos seriam beneficiados – cooperativa e cooperados – sem ressalvas de qualquer discurso.

Negociações no Cotidiano dos Cooperados

O conteúdo doutrinário do cooperativismo será acatado na medida em que a cooperativa de pequeno ou grande porte trabalhar guiada por normas rochdalianas, isto é, democraticamente, com o objetivo de prestar serviços aos cooperados-usuários-empresários sem intuito de lucro, de promover o homem, de colocar o capital a serviço da pessoa humana e de ser útil à comunidade.

O fato de o Cooperativismo recorrer às vantagens econômicas, financeiras e técnicas da divisão internacional do trabalho, ou a empresa não-cooperativas para complementar sua atividade e prestar serviços aos associados, não configura “transgressão doutrinária (Ricciardi, 2000, p. 56).

Entende-se, assim, que as doutrinas propostas são cabíveis a nossa realidade, no entanto, devido à falta de adequações, os associados não se sentem satisfeitos com o que lhes é proposto. No entendimento do cooperado (25),

(...) as negociações aqui na cooperativa são de maneira geral coibidoras. A melhor coisa que se pode ter é liberdade para negociar onde e como quiser, da melhor maneira possível. Não ser alienado a um sistema (...).

Quando comercializa com a organização cooperativa, o cooperado (24) nota que

(...) A cooperativa nos obriga a comprar pacotes, seguindo e favorecendo multinacionais. Isso tendo no mercado, produtos originais, com mesmo princípio ativo, de outra marca até 30% mais barato (...).

Com isso, contradiz-se o que Fischer, Ury e Patton (1991) afirmam sobre a negociação cooperativa, quando observam que deve ser considerada como uma negociação colaborativa, classificada como ganha/ganha, pois nessa negociação há uma ação na qual são descobertas alternativas de proveito comum para o demandante e ofertante de produtos ou serviços, os quais atendam aos interesses de todas as partes envolvidas, devendo ser positiva para ambos os lados.

Para o mesmo autor, no entanto, a negociação pode ser considerada um processo em que partes distintas tomam decisões individuais e interação entre si, a fim de acordar mutuamente entre seus interesses e objetivos, tentando satisfazer suas expectativas e chegar a um acordo vantajoso para ambas as partes. A cooperativa, em sua teoria, não se antepõe a outras empresas que atuam no mesmo ramo, é considerada mais um concorrente produtivo no mercado, sem ameaças para empresas ou até para indivíduos, atua como agente regulador do próprio mercado.

As negociações cooperativistas estão descritas nos dias atuais sob duas óticas. De um lado está o mercado a exigir que as cooperativas sejam eficientes, buscando resultados financeiros positivos. De outro, está a satisfação dos cooperados, sendo as sobras de recursos das cooperativas (ou o seu “lucro”) a ponte entre as duas margens, promovendo o bem-estar dos seus membros e o da comunidade.

Os Resultados Finais no Processo de Produção e Comercialização – “As Sobras”

Nas cooperativas, o excedente não é compreendido e nem verbalizado como lucro, mas sim como sobras, e pressupõe-se que os associados sejam beneficiados na hora da partilha. As sobras são recursos não utilizados pela

sociedade cooperativa, os quais devem retornar aos associados na proporção da utilização de cada um. Nada impede, no entanto, que as sobras sejam capitalizadas, se assim deliberarem os associados. Assim, as sobras não representam acréscimo patrimonial para os associados que as recebem, mas a devolução de recursos não utilizados (Polonio, 1999, p. 57).

Para Irion (1997), as sobras como excedente de retenções são de direito dos cooperados, porque não foi a cooperativa quem as gerou; foram os cooperados que adiantaram valores maiores do que o necessário ao custeio da cooperativa.

Sendo de direito do cooperado, as sobras deveriam retornar a ele, no entanto os associados entrevistados manifestaram seu ponto de vista contrário a esse modo de manter uma instituição, como foi o caso do cooperado (3), que declarou:

(...) Eu não consigo dizer que o que recebemos é sobra, pois nos vem apenas restos. Quero dizer com isso que sabemos o que é a sobra, no entanto nós não estamos inseridos nessas sobras. Essas sobras estão indo para capitalizar a cooperativa sim, sabemos que teoricamente é isso. No entanto sabemos que muito dinheiro é desviado através de ações sociais (desprovida de méritos), esporte (futebol principalmente), que não são somente para cooperados. Então, é justo? (...)

Há o entendimento de que sobras não são restos. Os cooperados buscam determinar seus lugares na cooperativa e com argumento sólido entendem que devem ser autores e atores dos processos. Na atual relação são coadjuvantes do processo.

Conforme o Estatuto da Copagril, as sobras representam os recursos destinados ao capital de giro da sociedade para fazer frente às despesas e aos custos de sua manutenção, dos serviços que presta, bem como dos produtos que adquire no mercado para venda aos associados. A participação destes

nos custos e despesas da sociedade poderá ser efetuada por rateio entre todos, em partes iguais ou em razão diretamente proporcional à fruição dos serviços durante o ano.

O retorno das sobras, para Polonio (1999), tem caráter diferente e relevante. O primeiro é a devolução de recursos não utilizados, não correspondendo, portanto, ao acréscimo patrimonial para o cooperado. O segundo é o resultado de operações mercantis realizadas pelas cooperativas, por conta dos cooperados. Esta, dada a sua especificidade, poderá resultar em acréscimo patrimonial para o cooperado depois de deduzidas as despesas e custos inerentes.

Alguns agricultores se veem no prejuízo quando mencionam que a cooperativa mantém essas sobras para devolver em data prevista. Alguns deles preferem tratar com empresas privadas, para negociar melhor. O que eles querem é administrar a sua propriedade com liberdade de poder investir quando aparecem as oportunidades e não quando é liberado seu dinheiro.

O cooperado se vê de “mãos amarradas”, como é o caso do entrevistado (16):

(...) Não deve ser assim. Não deve dar sobras para quem está administrando ter folga de caixa, pois se algo não dá certo lá dentro, vai ter reservas financeiras para corrigir seus erros. E isso para tapar buraco. A negociação deve ser feita tão às claras, tão bem feita que não dê furos e que aquele dinheiro que fica lá, seja realmente do produtor, e não deles. Não é dinheiro deles. A pessoa que produz deve ter liberdade de comprar e vender melhor, para melhorar a qualidade de vida com isso. Esse dinheiro tem que ficar conosco. Não concordo que tenha que ficar lá para capitalizar a cooperativa porque não há cabimento nisso. O dinheiro quem fez é o produtor. Não tem razão de deixar lá para um estranho administrar. E pagar o juro que ele quiser, se quiser. Aí, nas assembleias manipula segundo o interesse deles. De fazer devolver ou não. Projetos lindos que vão gerar uma riqueza tremenda. Enquanto que eu, durante o ano, se ficar devendo uma conta para a mesma cooperativa, pago juros absurdos, maiores que agiotas, da conta que se deve. Então, se a gente

tem sobra para vir final do ano, uma possível sobra, enquanto se espera, poderia ter comprado melhor, ter tido uma qualidade de vida melhor, do contrário é o meu dinheiro trabalhando contra mim.

Nota-se, nessa fala, que há uma resistência e uma crítica sobre o modo de comercializar em cooperativas, pois nas novas perspectivas o agricultor mantém sua propriedade como uma empresa rural, na qual ele mesmo tem capacidade de comercializar e conseguir preços melhores que os oferecidos pela cooperativa.

O cooperado (14), por sua vez, afirma que não concorda de modo algum com o como é feito esse processo. Por isso, justifica a razão pela qual ele não se mantém fiel nas negociações. E afirma:

(...) Não considero justo o modo como vem sendo feito. Embora tenha a lei que proteja, existem os estatutos das cooperativas e tal, mas é muita exploração. É complicado falar sobre isso. (...) Sei que uma parte das sobras fica retida, para manter a cooperativa. Pagamento dos funcionários, manutenção geral, vai para outros investimentos, uma pequena parte é repassada aos agricultores, que muitas vezes nem repassam. E nós conhecemos outras cooperativas. Sabemos que existe a possibilidade de haver sobras para os cooperados e ainda assim manter a estrutura da cooperativa (...).

Outro associado, que também conhece outras cooperativas, expõe que apenas na Copagrill é que não há sobras condizentes. As cooperativas que atendem à região retornam tudo o que é comercializado, com bastante transparência. O cooperado (6) observa:

(...) Se uma cooperativa como a Coamo paga um valor maior pelo mesmo saco de soja, pelo mesmo item e ela tem sobras, a redistribuição dela ainda é maior, então sim, ela operou melhor que a outra. Teve demanda acima. Tem que ter poder de comparar. Embora essa empresa tenha

um presidente vitalício, 20 anos no poder. Mas faz acontecer. Talvez ele tenha intenções melhores. Porque ela sempre remunera melhor. O retorno é maior e melhor.

A insatisfação do cooperado a respeito do item “sobras” não pode ser explicada pela falta de entendimento de que estas não são complementos do preço, mas sim uma mera devolução de recursos retidos. Os cooperados têm conhecimento e são esclarecidos sobre como funciona a distribuição das sobras, visto que, na região, há outras cooperativas atuando, fazendo com que os agricultores busquem informações diretamente com elas ou com amigos e familiares que comercializam com tais organizações.

Considerações Reflexivas Finais

Este estudo, construído a partir de pesquisas bibliográficas, documental e por meio de entrevistas, teve como finalidade trazer a compreensão do sistema cooperativista, sobre o qual apresentamos os princípios, a história da cooperativa Copagril, certificando por meio de dados primários e secundários as proporções de desenvolvimento na esfera do número de associados, do processo produtivo, de comercialização e o crescimento da sua estrutura.

Constatamos que a cooperativa estudada apresenta em sua dinâmica movimentos similares às demais empresas do ramo desde o início de sua existência, havendo séria obrigação para com seus cooperados e em contrapartida, estes igualmente mantêm seu caráter de fidei. Conforme a cooperativa cresce em termos econômicos, porém, perde as características iniciais, deixando de lado os princípios que devem reger uma cooperativa, propiciando o afastamento de um número significativo de cooperados.

Identificamos que os cooperados, em nenhum momento, sentem-se partícipes do processo de tomadas de decisão. Mesmo tendo direito ao voto, manifestam suas presenças excluídas dos processos decisórios, impossibilitando de contribuir nas decisões da organização.

Devido à imposição do capitalismo mundial e à incessante concorrência de mercado, a cooperativa em análise, Copagrill, vem agindo de forma a não atender às expectativas dos seus cooperados. Estes, por sua vez, insatisfeitos, buscam alternativas que não sejam a de manter-se muito ligados a essa cooperativa. Ou seja, não se mantêm fiéis, conforme prescreve o Estatuto da própria cooperativa.

Pontos relevantes os quais Batalha (2001) diferencia com segurança são a questão agrícola e a questão agrária. A primeira refere-se ao que produzir, o quanto produzir e onde. Preocupa-se com a produtividade dos segmentos da agricultura. A segunda menciona a problemática do como produzir e de que forma ocorrerá a produção agrícola, e se fundamenta na apreensão quanto às relações de produção capitalistas e seus problemas de ordem econômica e social. Segundo esse discurso, foi possível perceber que o que existe na relação dos cooperados com sua cooperativa é essencialmente a preocupação com a questão agrícola.

Também constatamos que existe a crença dos cooperados de que as dificuldades geradas e sua decorrência provêm da concorrência no mercado agrícola. Alguns dos entrevistados, contudo, apontaram que deveria haver uma melhoria na administração desta cooperativa. Nos seus discursos, não cabe apenas ao governo prover benefícios, é necessário ter atitudes internas, manter contato com aqueles que são as peças principais dentro do cooperativismo, ou seja, o próprio cooperado.

A discussão realizada neste trabalho fundamenta-se na ideia de que o desenvolvimento a ser promovido pelas cooperativas na comunidade estaria relacionado às ações e às decisões que estes exercem dentro desta. Verificamos, nas falas dos entrevistados, que os cooperados não se sentem empoderados em relação ao seu papel como agentes de mudança econômica, social e política dentro da organização. É evidente a dificuldade das organizações cooperativas de cumprir, no campo teórico/prático, com o que potencialmente poderiam atingir, uma vez que, segundo os resultados deste

estudo, os cooperados não estão visualizando vantagens como estabelecido no princípio desta. A Copagril é uma cooperativa empresarial, que disputa espaço no mercado, bem como investe em seu capital fixo e variável.

A participação dos cooperados ocorre nas Assembleias Gerais, entretanto os entrevistados apontam que o foco e o conteúdo das discussões são secundários, tomando lugar central as atividades lúdicas, festivas e gastronômicas. As Assembleias para os associados são reuniões para apresentar as decisões tomadas pelos gestores, e isso ocorre devido à preocupação em obter uma gestão econômica eficaz, o que acarreta a diminuição do poder de decisão dos associados. Com isso as cooperativas, na visão dos associados, deixam de ser uma empresa coletiva, na qual as pessoas se unem voluntariamente para satisfazer seus anseios e necessidades econômicas, sociais e políticas, e passam a agir como uma empresa não cooperativa, com fins lucrativos.

Enquanto empresa, suas decisões ocorrem na mesma intensidade que as demais empresas concorrentes, colocando em dúvida os princípios que garantem a existência legal, política e social da cooperativa. Existe a percepção de que há um controle sobre o cooperado, utilizado de maneira sutil, sendo quase imperceptível para a maioria deles. Este controle é inserido no incentivo ao plantio de culturas ligado às necessidades de comercialização da cooperativa. O cooperado acaba por perder a autonomia, agindo sem perceber, firmando contrato em parcerias com ela. Em outros momentos, no entanto, o mesmo percebe que está sendo manipulado, o que se percebe quando eles revelam sua insatisfação no decorrer das entrevistas.

As sociedades cooperativas, para conseguirem cooperados comprometidos com sua organização, deveriam investir na sua capacitação e treinamento, assim como na promoção dos valores cooperativos da comunidade à qual pertencem, além de incentivarem os produtores praticando melhores preços e produtos.

Deste modo demonstramos, por meio da pesquisa e do aporte teórico utilizado, que a relação da cooperativa e dos seus cooperados segue um jogo de forças, entre a ideologia de sua formação e a prática de sua sustentação econômica. A cooperativa trabalha para sua permanência no mercado e os cooperados perdem a visão da cooperativa como um órgão criado para satisfazer suas aspirações.

Com a pesquisa qualitativa junto aos cooperados foi identificado que os agricultores desencadeiam movimentos diferenciados em suas atitudes no cotidiano, ou seja, alguns seguem fielmente as regras propostas pela cooperativa, enquanto outros não. Notou-se que há, por parte da maioria dos cooperados, a compreensão, em termos de exploração e manipulação que existe pelo governo por meio da cooperativa.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista é contraditório. Sua existência ocorre, desde seus marcos iniciais, nos diferentes continentes, pautadas em projetos que buscam extrair o máximo da mais-valia, seja absoluta ou relativa. Assim, experiências baseadas em processos cooperativos avançam e retrocedem em seus princípios. Manter-se em pé neste meio é uma tentativa diária para evitar possíveis desencontros entre a economia cêntrica e periféricas.

Ao final desta pesquisa conclui-se que outras possibilidades de estudo/pesquisa devem ser desenvolvidas a partir do mesmo objeto. Acredita-se, ainda, que a temática deste trabalho possa servir como estimuladora da realização de outras pesquisas acerca da potencialidade e responsabilidade do cooperativismo no desenvolvimento comunitário e da gestão social.

Referências

- ARAUJO, S. M. P. *Eles: a cooperativa; um estudo sobre a ideologia da participação*. Curitiba: Projeto, 1982.
- BATALHA, M. O. (Coord.) *Gestão agroindustrial*: Gepai – Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BHUYAN, S. The people factor in cooperatives: na analysis of member attitudes and behavior. *Canadian Journal of Agricultural Economics*, 55, p. 275-298, 2007.

BIALOSKORSKI NETO, S. et al. *Agribusiness* cooperativo, eficiência e princípios doutrinários. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 33, 1995.

_____. Estratégias e cooperativas agropecuárias: um ensaio analítico. In: *Seminário de Política Econômica em Cooperativismo e Agronegócios da UFV*. Viçosa, 2002.

CATTANI, A. D. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Ed., 2003.

CARNEIRO, Palmyos Paixão. *Cooperativismo: o princípio cooperativo e a força existencial-social do trabalho*. Belo Horizonte: Fundec, 1981.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa e Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 2001.

CHOMSKI, N. *O lucro ou as pessoas: neoliberalismo e ordem global*. Trad. Pedro Jorgesen Jr. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

COMUNICAÇÃO com o cooperado: Rádio, jornal e Internet a serviço do cooperado. *Revista Paraná cooperativo*. Balanço Social, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.ocepar.org.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

COPAGRIL. Relatório Anual 2009. Disponível em: <<http://www.copagril.com.br/web/relatorioanual/09/index.html#/2/>>. Acesso em: 8 fev. 2009.

CORADINI, O. L. *Agricultura, cooperativas e multinacionais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

COSTA, F. F. da. *As cooperativas e a economia social*. 2. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.

DUSSEL, E. *Para uma ética da libertação latino-americana*. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

ESPIRÍTO SANTO, B. *Os caminhos da agricultura brasileira*. São Paulo: Evoluir, 2001.

ESTIVALETI, V. F. B. *O processo de aprendizagem em redes horizontais do elo varejista do agronegócio: do nível individual ao interorganizacional*. 2007. Tese (Doutorado em Agronegócios) – Centro de Estudos e Pesquisa em Agronegócios, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FERNANDES, R. *Tecnologia: aquisição, desenvolvimento, proteção, transferência e comercialização*. Rio de Janeiro: Quadratim, 1998.

FISHER, R.; URY, W.; PATTON, B. *Getting to Yes: negotiating agreement without giving in*. 2. ed. USA: Penguin Books, 1991.

FULTON, M. Cooperatives and member commitment. *The Finnish Journal of Business Economics, Special issue: Role of cooperative entrepreneurship in modern market environment*, LTA, v. 4, p. 418-37, 1999.

GEDIEL, J. A. P. (Org.). *Estudos de direito cooperativo e cidadania*. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, 2005.

_____. *Os caminhos do cooperativismo*. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

GERKE, A. A. *Copagrill: uma análise do cooperativismo no extremo-oeste do Paraná*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR, Curitiba, 1992.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

GIMENES, R. M. T; GIMENES, F. M. P. Financiamento das necessidades líquidas de capital de giro em cooperativas agropecuárias: uma investigação empírica sob a perspectiva do modelo Fleuret. *Revista da FAE*, Curitiba, v. 8, n.1, p. 103-115, jan./jun. 2005.

GREGORY, V. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

GUIMARÃES, A. P. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

IRION, J. E. O. *Cooperativismo e economia social*. São Paulo: Editora STS, 1997.

MARSCHALL, C. R. *Pequena propriedade e cooperativismo no Oeste do Paraná: um estudo a partir da Cooperativa Agroindustrial Lar*. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2005.

MARTINS, J. de S. *Os camponeses e a política no Brasil – as lutas no campo e seu lugar no processo político*. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

MÜLLER, M. S.; CORNELSEN, J. M. *Normas e padrões para teses, dissertações e monografias*. 5. ed. atual. Londrina: Edel, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB. *Apresentação Institucional*. 2010. Brasília. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.com.br/estat>>. Acesso em: 4 fev. 2010.

OCEPAR. Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. Disponível em: <<http://www.ocepar.org.br>> Acesso em: 6 nov. 2009.

OLIVEIRA, D. P. R. *Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. *Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PERIUS, V. *Problemas estruturais do cooperativismo*. Porto Alegre: Ocergs, 1983.

PINHO, D. B. *Avaliação do cooperativismo brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Editora Ato Cooperativo, 1980.

_____. (Org.). *Tipologia cooperativista*. São Paulo: CNPq, 1984. (Manual do cooperativismo, v. 4).

_____. *O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária*. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. *Gênero e desenvolvimento em cooperativas: compartilhando igualdade e responsabilidades*. Brasília: Sescop; OCB, 2000a.

_____. *Gênero em cooperativas – homens e mulheres compartilhando igualdade e responsabilidade*. Brasília: Sescop, 2000b.

POLONIO, W. A. *Manual das sociedades cooperativas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

PRADO JR, C. A. *A questão agrária*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RECH, D. *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RICCIARDI, L. *Cooperativa, a empresa do século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos*. São Paulo: Editora LTR, 2000.

RICHARD, M. *Relações de poder para com os associados em Marechal Cândido Rondon – PR (1990-2008)*. 2008. Monografia (Curso de Geografia) – Unioeste, Marechal Cândido Rondon, 2008.

SCHNEIDER, J. O. *Democracia-participação e autonomia cooperativa*. São Leopoldo: Unisinos, 1991.

SERIGATI, F. C. *Fidelidade e governança corporativa em cooperativas: um estudo empírico com as cooperativas paulistas*. 2008. Dissertação (Mestrado) – FGV-EESP, São Paulo, 2008.

SERRA, E. *Contribuições ao estudo do cooperativismo na agricultura do Paraná: o caso da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá*. 1986. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – Unesp, Rio Claro, 1986.

SINHORINI, M. J. Agricultura e sustentabilidade. In: ENCONTRO DE GEOGRAFIA DA UNIOESTE (ENGEO) 5., E ENCONTRO DE GEOGRAFIA DO SUDOESTE DO PARANÁ (ENGESOP), 4. Francisco Beltrão: Unioeste, 2005.

VEIGA, S. M.; FONSECA, I. *Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação*. Rio de Janeiro: Editora DP&A: Fase, 2001.

Recebido em: 26/6/2011

Aceito em: 30/1/2013